

# Eliminando Comportamento Inadequado por meio de Punição

*"Léo, não seja tão agressivo".*

## **ELIMINANDO A AGRESSIVIDADE DE LÉO\***

*Léo era um menino de 7 anos, matriculado num programa de escola pública para crianças com distúrbios severos. Ele foi diagnosticado como tendo um déficit de desenvolvimento, e os funcionários da escola haviam notado um aumento na frequência com que Léo batia nas outras crianças e funcionários. Realmente, nas observações de linha de base durante aproximadamente três semanas, a frequência desse comportamento de Léo foi de 30 por dia, em média. Alguma coisa tinha que ser feita.*

*Apesar de já ter sido demonstrado que consequências dolorosas (apresentadas como punições) reduzem comportamentos indesejados, tais consequências foram consideradas inaceitáveis para serem usadas em várias situações, incluindo salas de aula de escolas públicas. Assim, os funcionários decidiram verificar se exercícios físicos contingentes poderiam reduzir o comportamento agressivo de Léo.*

*Foram tomadas várias precauções para assegurar que o exercício contingente não seria de maneira alguma prejudicial à saúde de Léo. Os procedimentos foram explicados detalhadamente aos pais, e foi obtido o consentimento dos*

\* Esse exemplo baseia-se em artigo de Luce, Delquadri e Hall (1980).

*mesmos para a participação de Léo no programa. Os procedimentos também foram analisados e aprovados pelo comitê de ética do distrito escolar onde o procedimento foi executado. O procedimento foi realizado na escola de Léo durante o horário de aulas. No dia em que o exercício contingente foi introduzido, a primeira ocorrência do bater de Léo foi consequenciada com o adulto mais próximo dizendo: "Léo, nada de bater. Levante-se e sente-se 10 vezes". O adulto então segurou a mão de Léo e ergueu-a acima de sua cabeça como deixa para que ele se levantasse e depois inclinou a parte superior do corpo de Léo, como deixa para que se sentasse, dizendo, ao mesmo tempo: "levantar, sentar", durante os 10 exercícios. Apesar de Léo ter apresentado certa resistência verbal ao exercício em algumas ocasiões, os funcionários relataram que as deixas físicas foram necessárias apenas em algumas tentativas iniciais do treinamento. Nos dias subsequentes, foram necessários apenas lembretes verbais como deixa para o exercício. De uma média de aproximadamente 30 agressões por dia durante a linha de base, o bater de Léo caiu para uma frequência de 11, no primeiro dia do programa de exercícios, 10 no segundo, um no terceiro e, a partir daí, zero ou um por dia.*

*Após duas semanas de procedimento, os funcionários pararam de aplicar o programa de exercício contingente para ver o que aconteceria com o bater de Léo. A frequência do bater permaneceu baixa por quatro dias, mas depois começou a aumentar nos quatro dias subsequentes. Os funcionários retomaram o programa de exercício contingente e observaram uma queda imediata a quase zero na frequência do bater. O programa continuou formalmente por mais dois meses, e os funcionários registraram uma ocorrência do comportamento em três dias diferentes durante todo esse período. Léo mostrou-se capaz de correr e interagir com outras crianças e não apresentou mais a agressividade característica de seu comportamento anterior.*

978-85-7241-825-6

## O Princípio da Punição

**Evento punitivo** é aquele que, quando apresentado imediatamente após um comportamento, faz com que o comportamento se reduza em frequência. Eventos punitivos às vezes são chamados de **estímulos aversivos** ou, simplesmente, *aversivos*. Uma vez determinado que um evento funciona como evento punitivo para determinado comportamento de um indivíduo, em dada situação, tal evento pode ser usado para reduzir outros comportamentos desse indivíduo em outras situações. Associado ao conceito de evento punitivo está o **princípio da punição**: *Se, em determinada situação, alguém faz alguma coisa que é imediatamente seguida de um estímulo punitivo, então tal pessoa tem menor probabilidade de fazer a mesma coisa novamente quando se encontrar em uma situação semelhante.* No caso de Léo, o exercício contingente foi um evento punitivo para seu comportamento agressivo de bater.

Note que, para modificadores de comportamento, o significado de punição é bastante específico, diferindo do significado que a palavra *punição* tem, na nossa cultura, para a maioria dos leigos. Considere, por exemplo, mandar uma pessoa para a prisão como *punição* por cometer um crime. Em primeiro lugar, ir para a

prisão tem pouca probabilidade de ser uma consequência imediata do crime cometido. Segundo: muitas pessoas acreditam que *punição* deveria envolver um julgamento (como quando se diz que a *punição* deve ser adequada ao crime e que crimes mais sérios merecem sentenças mais severas). Terceiro: na cultura em geral, a *punição* é aplicada, em parte, como uma forma de *intimidação* para potenciais transgressores. Para modificadores de comportamento, no entanto, *punição* é simplesmente um termo técnico que se refere à aplicação de uma consequência imediata para o comportamento de um indivíduo, que tem o efeito de reduzir a probabilidade de futuras ocorrências de tal comportamento nesse determinado indivíduo. Portanto, quando usarmos a palavra *punição* neste capítulo e em qualquer outra parte deste livro, por favor, pense nela com esse sentido.

Assim como o reforçamento positivo, a punição afeta nossa aprendizagem durante toda a vida. As consequências imediatas de tocarmos uma panela quente nos ensinam a não fazê-lo novamente. Como crianças pequenas, os machucados resultantes de alguns tombos nos ensinam melhor equilíbrio ao aprendermos a andar. Um franzir de sobrancelhas de sua namorada, depois de você arrotar alto em um restaurante, provavelmente reduziria a probabilidade de você fazer isso novamente em futuros encontros. E todos nós tivemos nosso comportamento afetado pela retirada de privilégios e por repreensões, feitas por professores, e uma série ilimitada de “esnobadas” sociais por parte de nossos colegas. É importante reconhecer, entretanto, que há certa controvérsia no campo da modificação de comportamento em relação ao uso da punição. Retornaremos a esse ponto mais adiante neste capítulo, depois de discutir os diferentes tipos de punição e os fatores que influenciam os efeitos da punição para suprimir comportamento.

## Tipos de Punição

Muitos tipos de eventos, quando apresentados como consequências para o comportamento, se enquadram na definição de punição citada anteriormente. A maioria de tais eventos pode ser classificada nas seguintes categorias (ver Van Houten, 1983):

978-85-7241-825-6

- Punição física.
- Repreensões.
- *Timeouts*.
- Custo da resposta.

Apesar de haver certa sobreposição entre tais categorias, elas são uma forma conveniente de organizar os procedimentos de punição. Consideremos agora cada categoria.

### *Punição Física*

As *punições físicas* incluem todas as punições que, imediatamente após um comportamento, ativam receptores de dor ou outros receptores sensoriais que tipicamente

evocam sensações de desconforto. Alguns exemplos de punições aversivas são surras, beliscões, choque elétrico, gás amoníaco, banhos frios, sons altos ou agudos, cócegas prolongadas e puxões de cabelo. Tais estímulos ou eventos são chamados de *punições incondicionadas* (ou seja, estímulos que são punitivos sem qualquer treinamento ou condicionamento anterior).

A aplicação da punição não é agradável; apesar disso, há casos em que os clientes foram muito beneficiados pelo procedimento. Um exemplo dramático é o do tratamento que talvez tenha salvado a vida de uma menina de seis meses (Sajwaj, Libet e Agras, 1974). Sandra deu entrada num hospital devido à incapacidade de ganhar peso, que estava associada ao constante vômito dos alimentos (regurgitação). Ela estava com o peso abaixo do normal e subnutrida, e a morte era uma possibilidade clara. Observações preliminares indicaram que, alguns minutos depois do leite lhe ser dado, Sandra iniciava a regurgitação e continuava por 20 a 40min, até ter perdido aparentemente todo o leite que havia ingerido. Sajwaj *et al.* decidiram administrar suco de limão como punição. Durante o tratamento, os funcionários do hospital enchiam a boca de Sandra com suco de limão, assim que detectavam os vigorosos movimentos de língua que sempre precediam sua regurgitação. Depois de 16 mamadas nas quais foi aplicada a punição com suco de limão, a regurgitação reduziu-se a um nível muito baixo. Para assegurar-se de que a melhora se devia ao programa de tratamento, Sajwaj *et al.* suspenderam o uso do suco de limão por duas mamadas. O resultado foi um aumento dramático da regurgitação. Depois de tratamento adicional, Sandra foi entregue a pais adotivos, que mantiveram o tratamento até que não fosse mais necessário.

978-85-7241-825-6

## Repreensões

**Repreensões** são fortes estímulos verbais negativos (por exemplo, "Não! Isso é feio!"), imediatamente contingentes ao comportamento. Geralmente também incluem um olhar fixo e severo e, às vezes, um aperto firme com a mão. No Capítulo 4, aprendemos que um estímulo pareado com o evento aversivo da punição também se transforma, ele próprio, em estímulo aversivo. Tal evento é chamado de **estímulo punitivo condicionado**. É provável que o componente verbal de uma repreensão seja um estímulo punitivo condicionado. É possível, ainda, que os outros componentes, como o aperto de mão, sejam estímulos punitivos condicionados. Em alguns casos, a eficácia de repreensões foi aumentada pelo pareamento das mesmas com outras formas de punição. Por exemplo: Dorsey, Iwata, Ong e McSween (1980) parearam repreensões com uma nebulização de água para suprimir comportamento autolesivo em indivíduos com desenvolvimento atípico. Isso fez com que as repreensões se tornassem eficazes não apenas no ambiente original, mas também num ambiente no qual a nebulização não foi usada.

## Timeouts

Os *timeouts* envolvem a transferência do indivíduo de uma situação mais reforçadora para outra menos reforçadora, imediatamente após determinado

comportamento (Van Houten, 1983, p.28). Podem ser considerados como um afastamento da oportunidade de ter acesso a reforçadores. Existem dois tipos de *timeout*: com e sem retirada do ambiente. O ***timeout com retirada do ambiente*** consiste na remoção do aprendiz, por um curto período de tempo (por exemplo, cinco minutos), da situação na qual o reforçamento ocorre. Geralmente é usada uma sala especial, chamada de *sala de timeout*, com tal objetivo. A sala de *timeout* não contém nada que possa servir como reforçador, podendo ser acolchoada para evitar autolesões. O período de permanência na sala de *timeout* não deve ser muito longo; cerca de cinco minutos geralmente é um tempo bastante eficaz. Além disso, considerações éticas (Os fins justificam os meios? Ver Cap. 30.) e práticas (tal como evitar longos períodos de *timeout* que afastam o indivíduo de um ambiente de aprendizagem) também devem ser levadas em conta ao selecionar a duração de determinado *timeout*. Um ***timeout sem retirada do ambiente*** consiste na introdução, na situação, de um estímulo associado a menos reforçamento. Um exemplo foi relatado por Foxx e Shapiro (1978): Em uma sala de aula, as crianças usavam uma fita, que era removida por um curto período de tempo quando uma delas apresentava um comportamento inadequado. Quando não estava usando a fita, a criança não tinha permissão para participar das atividades da classe e era ignorada pelo professor.

978-85-7241-825-6

## *Custo da Resposta*

O **custo da resposta** envolve a remoção de uma quantidade específica de reforço, imediatamente após um determinado comportamento (Reynolds e Kelly, 1997). O custo da resposta às vezes é utilizado em programas de modificação de comportamento nos quais os clientes recebem fichas como reforçadores (Kazdin, 1977a). Trabalhando num ambiente de sala de aula, por exemplo, Sullivan e O'Leary (1990) mostraram que a perda de fichas (cada uma das quais podia ser trocada por um minuto de intervalo), devido à emissão de comportamentos não relacionados à atividade da aula obteve sucesso na redução dos mesmos. Note que o custo da resposta difere do *timeout*, uma vez que não há alteração nas contingências de reforçamento existentes quando ele é administrado. Custo da resposta também não deve ser confundido com extinção. Num procedimento de extinção, um reforçador não é apresentado depois de uma resposta anteriormente reforçada. No custo da resposta, um reforçador é retirado depois de uma resposta indesejada.

Exemplos cotidianos de custo da resposta são multas em bibliotecas, multas de trânsito e taxas bancárias por sacar a descoberto. No entanto, tais punições não são aplicadas, tipicamente, imediatamente após o comportamento transgressor. Assim como estabelecemos a diferença entre os efeitos de ação direta e de ação indireta do reforçamento positivo, no Capítulo 3, fazemos uma distinção similar a respeito da punição. O *efeito de ação direta* da punição é a frequência reduzida de uma resposta, devido a suas consequências punitivas imediatas (até 30s). O *efeito de ação indireta* da punição é o enfraquecimento de uma resposta que é seguida de um estímulo aversivo, ainda que de maneira atrasada. Imagine, por exemplo, que um motorista atravesse um cruzamento em alta velocidade, seja fotografado pelo radar e receba uma multa pelo correio, uma semana mais tarde.

Apesar de essa pessoa talvez reduzir tais comportamentos no futuro, isso envolve mais do que o princípio da punição. Estímulos aversivos atrasados podem ter efeito sobre o comportamento devido a instruções sobre o comportamento que leva à punição; devido a autoinstruções (ou *pensamentos*) que se interpõem entre tal comportamento e o estímulo aversivo atrasado; ou devido a punições condicionadas imediatas que se interpõem entre o comportamento e a punição final. É um equívoco e uma explicação excessivamente simplista dizer que a punição levou a uma redução no comportamento, quando o estímulo aversivo não se segue imediatamente ao comportamento. Explicações sobre o efeito indireto da punição são discutidas com mais detalhes no Capítulo 17.

Voltamo-nos agora para uma discussão sobre os fatores que influenciam a eficácia da punição (para uma revisão sobre o assunto, ver Lerman e Vorndran, 2002).

## Fatores que Influenciam a Eficácia da Punição

### *1. Aumentando as Condições para uma Resposta Alternativa Desejada*

978-85-7241-825-6

Anotação 1

Para reduzir uma resposta indesejada, é mais eficaz aumentar simultaneamente alguma resposta alternativa desejada que concorra com o comportamento indesejado a ser eliminado. Você deve tentar identificar  $S^D$  poderosos que controlam o comportamento desejado e apresentá-los para aumentar a probabilidade da ocorrência de tal comportamento. Para manter o comportamento desejado, você precisa ter também reforçadores positivos eficazes que possam ser apresentados em um esquema eficaz. Preocupados em examinar a validade do exercício contingente como evento punitivo, os funcionários envolvidos no caso de Léo não acrescentaram uma contingência específica de reforçamento positivo para um comportamento alternativo ao bater de Léo. No entanto, poderiam facilmente tê-lo feito.

Nas consultas de pessoas que estão pensando em usar um procedimento de punição para reduzir um comportamento indesejado, sempre é recomendado que primeiro planejem programas eficazes de reforçamento positivo e de controle de estímulos para comportamentos alternativos desejados (Fig. 12.1). Portanto, caso você esteja pensando em desenvolver e utilizar um programa de punição para reduzir comportamento indesejado, recomendamos insistentemente que, antes, você reveja e aplique as informações dos capítulos referentes a reforçamento positivo e a controle de estímulos. Pode ser que a punição seja desnecessária, uma vez que você tenha fortalecido suficientemente um comportamento alternativo desejado. É importante também que você esteja familiarizado com os argumentos contra a utilização da punição, resumidos mais adiante neste capítulo.

### *2. Minimizando a Causa da Resposta a Ser Punida*

Para aumentar as possibilidades de ocorrência do comportamento alternativo desejado, qualquer pessoa que esteja tentando usar um programa de punição deve,



Figura 12.1 - Exemplo do reforçamento de um comportamento alternativo desejado.

em primeiro lugar, minimizar as causas do comportamento indesejado. Isso implica em duas coisas. Primeiro, deve-se tentar identificar os estímulos que controlam o comportamento indesejado. Segundo: deve-se tentar identificar reforçadores existentes que estão mantendo o comportamento indesejado. Se o comportamento está ocorrendo, é provável que reforçadores ocasionais o estejam mantendo. A identificação dos antecedentes e das consequências de um comportamento é chamada de análise funcional, que será discutida com mais detalhes no Capítulo 22. No caso de Léo, os professores não foram capazes de identificar  $S^D$  que, consistentemente, evocavam o comportamento de bater, nem conseguiram identificar as contingências de reforçamento que o mantinham.

É importante enfatizar que muitas vezes a punição talvez não seja necessária. Minimizar as causas do comportamento indesejado e, ao mesmo tempo, aumentar as condições para que ocorra o comportamento alternativo desejado pode fazer com que este último concorra fortemente com o primeiro, a ponto de reduzi-lo muito ou suprimi-lo completamente sem o uso de punição.

978-85-7241-825-6

### 3. Selecionando um Evento Punitivo para a Punição

caso a punição tenha que ser usada, é importante assegurar-se de que o estímulo aversivo utilizado como punição é eficaz. De maneira geral, quanto mais intenso ou forte o estímulo punitivo, mais eficaz ele será para reduzir o comportamento indesejado. No entanto, a intensidade necessária para que o estímulo seja eficaz dependerá de seu sucesso na redução das causas do comportamento indesejado e na introdução de condições para a ocorrência de um comportamento alternativo desejado. Até mesmo um estímulo aversivo brando, como uma repreensão, pode ser eficaz, caso o reforçador do comportamento indesejado seja omitido como consequência, depois de ocorrências do comportamento, e caso um comportamento alternativo desejado seja reforçado com um reforçador poderoso. Também é importante lembrar que alguns estímulos podem ter a aparência de

punitivos quando, na realidade, não o são. Por exemplo: um dos pais pode dizer: "Não! Menino mal-educado! Pare com isso!", para uma criança que está emitindo um comportamento indesejado. A criança pode interromper imediatamente o comportamento indesejado e emitir algum outro comportamento, desejado, que continuará a receber atenção por parte do adulto. O adulto pode concluir então que a repreensão foi uma punição eficaz. No entanto, caso o adulto acompanhasse a frequência de tal comportamento indesejado no futuro, talvez descobrisse que a repreensão verbal não foi um estímulo aversivo e sim um reforçador. A criança talvez tenha parado temporariamente porque, tendo obtido a atenção do adulto, pode emitir outro comportamento que manterá a atenção do mesmo, ao menos por algum tempo. Em outras palavras, a repreensão verbal pode funcionar como um  $S^D$  para comportamentos desejados subseqüentes, independentemente dos efeitos da repreensão verbal como estímulo aversivo ou como reforçador para o comportamento indesejado anterior. Vários estudos indicam que repreensões verbais podem funcionar como reforços positivos e que a frequência do comportamento indesejado que evocou a repreensão poderá aumentar, no longo prazo (por exemplo, Madsen, Becker, Thomas, Koser e Plager, 1970). Isto não quer dizer que repreensões verbais e ameaças nunca são punitivas. As situações que são eficazes, no entanto, parecem ser aquelas que são consistentemente acompanhadas por outro estímulo aversivo; nas quais as causas do comportamento indesejado foram reduzidas; e nas quais tenham sido introduzidas condições para ocorrência de um comportamento alternativo desejado (Van Houten e Doleys, 1983).

O estímulo aversivo tem que oferecer a possibilidade de ser apresentado de maneira a nunca ser pareado com reforçamento positivo. Tal exigência muitas vezes traz dificuldades em situações nas quais o estímulo aversivo é apresentado por um adulto e o indivíduo que está sendo punido recebe pouca atenção por parte de adultos. Caso uma criança tenha recebido muita atenção afetuosa de um adulto, durante um período de tempo anterior à ocorrência do comportamento indesejado, e o adulto imediatamente apresentar uma forte repreensão verbal depois de um comportamento indesejado, então a repreensão verbal provavelmente será punitiva. No entanto, se tal repreensão for a única atenção que a criança recebe de adultos por um longo período de tempo, então tal atenção pode, na realidade, ser reforçadora.

O exercício contingente demonstrou ser uma punição muito adequada para Léo. Foi altamente eficaz; podia ser apresentado imediatamente após o comportamento indesejado e podia ser apresentado de tal modo que nunca era pareado com reforçamento positivo. O cuidado e a atenção que os funcionários dedicaram à escolha do exercício obviamente compensaram. Os funcionários escolheram tal tarefa porque a deixa para ela podia ser um comando verbal por parte de um membro do grupo de funcionários; Léo frequentemente emitia o comportamento em várias situações de brincadeira; a tarefa podia ser executada em vários ambientes; e parecia cansar Léo rapidamente, sem causar qualquer desgaste desnecessário.

Em vez de selecionar apenas estímulo aversivo, talvez seja mais eficaz selecionar vários que possam ser usados nas sucessivas ocorrências do comportamento indesejado. Por exemplo: Charlop, Burgio, Iwata e Ivancic (1988) aplicaram repreensão, contenção física, *timeout* ou ruído forte depois de comportamentos de

agressão e de autoestimulação por parte de crianças com desenvolvimento atípico. Em algumas sessões, apenas um dos eventos punitivos era aplicado. Em outras sessões, os quatro eventos eram usados de maneira variada. As crianças apresentaram menos agressividade e autoestimulação durante as sessões em que os professores variavam as punições.

978-85-7241-825-6

#### 4. *Acrescentando Antecedentes (Incluindo Regras) para a Punição*

Você deve se lembrar que vimos no Capítulo 8 que um  $S^D$  é um estímulo em cuja presença uma resposta será reforçada. De maneira similar, um  $S^{DP}$  é um estímulo pelo qual uma resposta será punida\*. Quando muitos de nós éramos crianças, por exemplo, aprendemos que pedir alguma coisa aos nossos pais, quando estavam de mau humor, geralmente levava a uma repreensão. Os comportamentos parentais característicos de "estar de mau humor" constituíam um  $S^{DP}$ . Há poucas pesquisas sobre o efeito de  $S^{DP}$  (por exemplo, O'Donnell, Crosbie, Williams e Saunders, 2000). A pesquisa demonstrou que, se um estímulo aversivo é aplicado consistentemente depois de uma resposta, na presença de um  $S^{DP}$ , então tal resposta tem menos probabilidade de ocorrer quando o  $S^{DP}$  for apresentado.

Assim como descrevemos em relação ao reforçamento positivo e à extinção, acrescentar regras a um programa de punição provavelmente ajudará a reduzir o comportamento indesejado e a aumentar mais rapidamente o comportamento alternativo desejado (por exemplo, ver Bierman, Miller e Stabb, 1987). Além disso, como ressaltado no Capítulo 3, é muito importante enfatizar o comportamento e não a pessoa se comporta. É o comportamento que é indesejado, não o indivíduo. O uso adequado de regras é discutido em mais detalhes no Capítulo 17.

#### 5. *Aplicando a Punição*

A punição é mais eficaz quando o evento punitivo é apresentado imediatamente após cada ocorrência do comportamento indesejado. Caso a punição seja atrasada, pode ocorrer algum comportamento desejado antes do evento punitivo e tal comportamento pode ser muito mais afetado do que o comportamento indesejado. O exemplo clássico disso é a mãe que pede ao marido, quando este chega do trabalho, que puna o filho que se comportou mal durante o dia. Tal pedido é duplamente desastroso. Primeiro, a criança recebe a punição, ainda que esteja, naquele momento, apresentando bom comportamento. Em segundo lugar, o pai é punido por chegar em casa depois do trabalho. Não estamos sugerindo que a punição atrasada é completamente ineficaz. Como ressaltamos em nossa discussão sobre comportamento governado por regras, no Capítulo 17, a maioria dos

\* Agradecemos a Jennifer O'Donnell (2001) pela introdução do símbolo  $S^{DP}$ .

seres humanos consegue fazer a ligação entre seu comportamento e suas consequências, apesar de espaços de tempo bastante grandes. Ainda assim, a punição imediata é mais eficaz do que a punição atrasada.

A punição ocasional não é tão eficaz quanto a punição que acompanha cada ocorrência do comportamento indesejado (ver, por exemplo, Kircher, Pear e Martin, 1971). Isso indica que, caso o modificador de comportamento não seja capaz de detectar a maioria das ocorrências do comportamento a ser punido, deve pôr em dúvida o valor da aplicação de um procedimento de punição.

A apresentação da punição não deve, de maneira alguma, ser pareada com reforçamento positivo. Como já mencionado, tal pareamento enfraquece o evento punitivo. Além disso, a pessoa que administra a punição deve permanecer calma ao fazê-lo. Raiva e frustração por parte da pessoa que administra a punição podem reforçar o comportamento indesejado ou alterar inadequadamente a consistência ou a intensidade da punição. Uma atitude calma e natural ajuda a assegurar que o programa de punição será seguido de maneira consistente e adequada.

978-85-7241-825-6

## Deve-se Usar Punição?

O uso da punição sempre foi muito controverso, mesmo antes do advento da modificação de comportamento, mas a controvérsia se intensificou na década de 80 (Meyer e Evans, 1989; Repp e Singh, 1990). Várias organizações dedicadas a ajudar pessoas formularam declarações oficiais contra algumas utilizações da punição, pelo menos. Por exemplo: o *Practice Directorates da American Psychological Association* e a *National Association of School Psychologists* testemunharam junto ao Congresso dos Estados Unidos em apoio a uma emenda que proíbe o uso de punição física para crianças com distúrbios emocionais (“*P.D. Apoia a Proibição da Punição Física*”, 1990). Em 1990, a *American Association on Mental Retardation* adotou um estatuto condenando “procedimentos aversivos que causam dano físico, dor ou doença” e “procedimentos que são desumanos – degradação social, abuso verbal e reações excessivas” (p. 5).

Algumas pessoas argumentam que métodos não aversivos são sempre tão eficazes para eliminar comportamento inaceitável quanto a punição e, portanto, nunca há qualquer justificativa para o uso de punição com dor (ver Guess, Helms-tetter, Turnbull e Knowlton, 1986). Ninguém consideraria ético infligir dor, caso estejam disponíveis métodos não aversivos que sejam igualmente eficazes. Parece, no entanto, que há alguns comportamentos extremamente prejudiciais que, em alguns casos, só podem ser suprimidos com punição com dor. Por exemplo: há indivíduos com desenvolvimento atípico ou com autismo que, repetidamente, emitem comportamento seriamente autolesivo – prejudicam a visão apertando os dedos contra os olhos; prejudicam a audição batendo as mãos contra os ouvidos; causam lesões nos tecidos e sangramento ao bater a cabeça em objetos duros ou ao arranhar a pele; ficam subnutridos por induzir o vômito depois de comer – que os coloca em grande risco de incapacidade ou de morte. Vários estudos publicados demonstram que tais comportamentos podem ser suprimidos por meio de punição com dor (ver, por exemplo, Favell *et al.*, 1982; Linscheid, Iwata, Ricketts, Williams e Griffin, 1990;

Linscheid, Pejeau, Cohen e Footo-Lenz, 1994). Uma vez suprimido o comportamento autolesivo, usa-se então reforçamento positivo para manter o comportamento alternativo desejado, mas isso não pode ser feito antes que o comportamento autolesivo tenha sido controlado. A única alternativa ao uso da punição com dor, em alguns casos, parece ser a contenção: por exemplo, impor o uso de luvas fortemente acolchoadas às mãos do indivíduo ou, até mesmo, amarrar o indivíduo a uma cadeira de rodas ou à cama -, mas isso não permite que a pessoa aprenda comportamentos desejados para substituir o comportamento indesejado.

Vários autores descreveram métodos, tais como uma abordagem chamada de *ensino suave* (McGee, Menolascino, Hobbs e Menousek, 1987), que, segundo eles, podem substituir de maneira eficaz todas as formas de controle. Em sua maioria, os métodos descritos baseiam-se nos princípios do comportamento discutidos nos Capítulos 3 a 11 deste livro. Embora esses autores forneçam muitos exemplos bons de alternativas que devem ser tentadas antes de recorrer a métodos aversivos, não fica claro se os métodos que propõem podem substituir os métodos aversivos em todos os casos, com eficácia. Além disso, vários autores (por exemplo, Bailey, 1992; Jones e McCaughey, 1992) identificaram diversas limitações importantes em tal abordagem. O que está claro é que a decisão de usar ou não punição com dor, num determinado caso, requer treinamento profissional e experiência consideráveis e não deve ser tomada por indivíduos não qualificados. Os tratamentos para os problemas sérios de comportamento, que são os únicos para os quais poderia ser considerada a punição com dor, devem ficar a cargo de profissionais adequados, que sejam membros de organizações profissionais autorizadas (Griffith e Spreat, 1989).

Embora a controvérsia mais intensa esteja centrada sobre a punição com dor, outras formas de punição também foram criticadas. Poucas pessoas defenderiam a eliminação de todos os tipos de punição. É extremamente difícil, no entanto, especificar o grau exato de punição que é adequado em uma determinada situação. Em relação ao *timeout*, Meyer e Evans (1989, p. 102) afirmam: "a área de *timeout* não precisa ser incrivelmente confortável e desejada, mas também não deve ser extremamente desagradável". Claramente, tal recomendação deixa muito espaço para a subjetividade na seleção de uma área de *timeout*. Meyer e Evans também se opõem ao uso de exercício como punição - tal como foi usado com Léo -, embora considerem o exercício como benéfico, caso seja usado para *acalmar* um indivíduo depois de um comportamento inadequado (p. 137). Infelizmente, é muito difícil - até impossível, talvez - estabelecer a diferença entre essas duas funções do exercício, pois exigir que alguém se exercite com o objetivo de *acalmar-se* pode, ao mesmo tempo, punir o comportamento que o antecedeu (de acordo com a definição técnica de punição dada no início deste capítulo). O que realmente preocupa Meyer e Evans parece ser que, caso a punição tenha que ser usada, nunca deve ser aplicada de maneira humilhante ou degradante. Certamente concordamos com isso. Independentemente da natureza da incapacidade da pessoa ou da inadequação de seu comportamento, tal pessoa deve sempre ser tratada de maneira que demonstre respeito por ela como ser humano.

Ainda que o uso da punição seja altamente controverso, fica claro que ela pode ter vários efeitos potencialmente prejudiciais. Estes podem ser resumidos como segue:

1. *Comportamento agressivo.* A punição tende a eliciar comportamento agressivo. Experimentos com animais demonstram que estímulos dolorosos fazem com que ataquem outros animais – ainda que esses outros animais nada tenham a ver com a aplicação dos estímulos dolorosos (Azrin, 1967). Algumas pesquisas (Berkowitz, 1988, 1989) sugerem que tal descoberta também se aplica a humanos. Assim, não deveríamos nos surpreender ao observar indivíduos, que acabaram de ser punidos, atacando outros indivíduos.
2. *Comportamento emocional.* A punição pode produzir outros efeitos colaterais emocionais, tais como choro e medo generalizado. Tais efeitos colaterais são desagradáveis para todos os envolvidos, além de frequentemente interferirem com o comportamento desejado – especialmente se este for de natureza complexa.
3. *Comportamento de fuga-esquiva.* A punição pode fazer com que a situação e as pessoas associadas ao estímulo aversivo se transformem em estímulos aversivos condicionados. Por exemplo: caso você puna uma criança ao ensiná-la a ler, todas as vezes que ela cometer um erro, qualquer coisa associada a tal situação – como palavras impressas, livros, a pessoa que administra a punição, o tipo de sala na qual a punição ocorre – tenderá a se tornar punitiva. A criança pode tentar escapar de tais estímulos ou evitá-los (Cap. 13). Portanto, em vez de ajudar o indivíduo a aprender, a punição pode afastá-lo de tudo que tenha a ver com a situação de aprendizagem.

O estímulo aversivo não precisa ser particularmente forte para ter os efeitos indesejados mencionados nos itens 1 a 3. Por exemplo: conhecemos uma professora que usou uma cadeira de *timeout* como punição para alunos de sua classe de primeira série. Por alguma razão desconhecida – talvez tivesse algo a ver com o fato de a cadeira ser preta e de a professora dizer às crianças desordeiras para irem sentar-se na “cadeira preta” –, a cadeira tornou-se assustadora para os alunos. Anos depois, antigos alunos que vêm visitar tal professora ainda mencionam o medo que tiveram da “cadeira preta”, ainda que nada de mau lhes tivesse acontecido quando nela se sentavam. Quando a professora descobriu o problema com a cadeira, alterou seu procedimento. A cadeira não é mais preta e, atualmente, a professora a chama de “cadeira de acalmar” e, periodicamente, demonstra a seus alunos as qualidades benignas da cadeira, sentando-se ali ela própria quando sente que precisa se acalmar!

4. *Nenhum comportamento novo.* A punição não instala qualquer comportamento novo desejado; apenas suprime o comportamento antigo. Em outras palavras, a punição não ensina ao indivíduo o que fazer; quando muito, ensina-lhe apenas o que não fazer. Por exemplo: a principal característica da pessoa com desenvolvimento atípico é que lhe faltam comportamentos que a maioria das pessoas têm. A ênfase básica com tais indivíduos deveria ser, então, a instalação de novos comportamentos, em vez de meramente eliminar comportamentos antigos. Tal tarefa requer reforçamento.
5. *Dar modelo de punição.* As crianças frequentemente imitam os adultos. Caso os adultos apliquem punição às crianças, estas ficam propensas a fazer o mesmo com os outros. Assim, ao punir crianças, podemos inad-

vertidamente fornecer a elas um modelo a ser seguido, apresentando estímulos aversivos contra outras pessoas (Bandura, 1965, 1969). Por exemplo: crianças que aprenderam um jogo no qual eram multadas por comportamento incorreto, multaram outras crianças às quais ensinaram o jogo (Gelfand *et al.*, 1974).

6. *Uso contínuo da punição.* Como a punição resulta na rápida supressão de comportamento indesejado, ela pode induzir o usuário a depender muito dela, negligenciando o uso do reforçamento positivo para o comportamento desejado. No entanto, o comportamento indesejado pode reaparecer depois de uma supressão apenas temporária ou pode ocorrer algum outro comportamento indesejado. A pessoa que administra a punição talvez recorra, então, a doses progressivamente mais fortes, criando assim um círculo vicioso com efeitos colaterais desastrosos.

## Modificadores de Comportamento e Programas de Punição

Reavaliemos agora a seguinte pergunta: deve-se utilizar a punição? Antes de fazê-lo, enfatizamos um ponto levantado anteriormente neste capítulo: não nos referimos ao conceito de punição como é pensado por pessoas leigas, ou seja, *não* falamos da punição de um indivíduo como meio de intimidação de outros, como represália ou como uma consequência atrasada por comportar-se mal. Ao invés disso, estamos falando da apresentação consistente de um estímulo aversivo imediato, depois de um comportamento-problema, e de fazê-lo considerando totalmente os fatores que influenciam a eficácia da punição, como discutido anteriormente. Apesar disso, por ser fácil abusar do uso de estímulos aversivos e porque sua aplicação pode ter uma série de efeitos colaterais potencialmente prejudiciais, recomendamos que a punição (na forma como é considerada comportamentalmente) seja utilizada apenas como último recurso. Recomendamos aos modificadores de comportamento que considerem o planejamento de programas de punição apenas quando forem apresentadas as condições a seguir, seja em escolas, instituições para pessoas com desenvolvimento atípico ou outras situações:

- Medidas claras são tomadas para aumentar as possibilidades para a ocorrência de uma resposta alternativa desejada e para reduzir as causas da resposta a ser punida.
- O comportamento é extremamente desajustado e, em benefício do cliente, é necessária uma rápida mudança de comportamento.
- O cliente (ou seus pais ou responsáveis) fornece consentimento informado (ver Cap. 30).
- A intervenção concorda com padrões éticos (ver Cap. 30).
- A punição é aplicada segundo diretrizes claras (ver a seguir).
- O programa inclui garantias de proteção ao cliente (ver Cap. 30).

## Ciladas da Punição

Há muitos casos nos quais a punição é aplicada por pessoas que não sabem o que estão fazendo. Um exemplo comum é criticar ou ridicularizar uma pessoa por um comportamento inadequado. A crítica e o ridículo geralmente são punitivos e provavelmente suprimirão futuras ocorrências do comportamento inadequado punido, tendendo a afastar o indivíduo da pessoa que os administra. No entanto, o comportamento inadequado que é criticado e ridicularizado pode ser uma aproximação de um comportamento mais adequado. Suprimi-lo poderia destruir a oportunidade para o indivíduo obter o comportamento mais desejado por meio do uso da modelagem. Em linguagem coloquial, diríamos que o indivíduo fica desencorajado e desiste de tentar desenvolver o comportamento adequado. Além disso, como ele tentará fugir ou se esquivar da pessoa que administra a crítica e o ridículo (ver Cap. 13), tal pessoa perderá grande parte de seu potencial de reforçamento.

Outro exemplo da aplicação de punição sem que a pessoa que o faz perceba é quando tal pessoa diz: "Ficou bom, mas..." Suponha que um adolescente ajude um dos pais a lavar a louça e o adulto diz: "Obrigado por me ajudar, mas da próxima vez não seja tão lento". Temos certeza de que, tendo como base o que foi discutido neste capítulo, você é capaz de descrever uma maneira muito mais eficaz e agradável para o adulto reagir.

A punição só deve ser aplicada em conjunto com o reforçamento positivo de um comportamento alternativo desejado e apenas sob as condições descritas na seção anterior.

978-85-7241-825-6

## Diretrizes para Aplicação Eficaz da Punição

As regras para o uso eficaz da punição provavelmente são mais violadas do que as que se referem aos outros princípios. Portanto, caso você proponha um procedimento de punição (ainda que envolva um estímulo aversivo brando), você tem a obrigação, para consigo mesmo e para com a pessoa cujo comportamento será punido, de executar um trabalho eficaz.

1. *Selecione uma resposta.* A punição é mais eficaz com um comportamento específico (tal como pular no braço da poltrona) do que com uma classe geral de comportamentos (tal como estragar a mobília).
2. *Aumente as condições para uma resposta alternativa desejada*
  - a. Selecione um comportamento alternativo desejado que concorra com o comportamento a ser punido, de forma que o comportamento alternativo possa ser reforçado. Se possível, selecione um comportamento que será mantido pelo ambiente natural depois do término de seu programa de reforçamento.
  - b. Forneça deixas fortes para aumentar a probabilidade da ocorrência do comportamento alternativo desejado.
  - c. Reforce o comportamento desejado com um reforçador poderoso, num esquema adequado.

3. *Minimize as causas do comportamento a ser punido*
  - a. Tente identificar e eliminar muitos ou todos os S<sup>D</sup> para o comportamento indesejado, pelo menos no início de seu programa de treinamento.
  - b. Tente eliminar qualquer possível reforçamento para o comportamento indesejado.
4. *Selecione um evento punitivo eficaz*
  - a. Escolha um estímulo punitivo adequado que possa ser apresentado imediatamente após o comportamento indesejado.
  - b. O evento punitivo deve ser tal que não possa, de maneira alguma, ser pareado com reforçamento positivo depois do comportamento indesejado.
  - c. Selecione um evento punitivo que possa ser apresentado depois de cada ocorrência do comportamento indesejado.
5. *Apresente S<sup>DP</sup> claros*
  - a. Discuta o plano com o indivíduo, antes de começar.
  - b. Dê um aviso ou lembrete claro (por exemplo, "Espere a mamãe antes de atravessar a rua").
6. *Aplique a punição*
  - a. Apresente o evento punitivo *imediatamente* após cada ocorrência da resposta a ser reduzida.
  - b. Aplique a punição de maneira calma e natural.
  - c. Tome cuidado para não parear a punição do comportamento indesejado com o reforçamento desse mesmo comportamento.
7. *Mantenha registro de dados.* Em todos os programas que envolvem punição, deve ser feito um registro cuidadoso sobre os efeitos do programa

## Questões para Estudo

1. Descreva como foi eliminado o comportamento agressivo de Léo.
2. De que maneira o controle de estímulo foi uma parte importante da contingência de punição para Léo?
3. O que é um evento ou estímulo punitivo? Cite o princípio da punição.
4. Em que o significado do termo "punição" é diferente para modificadores de comportamento e para a maioria dos leigos?
5. Descreva quatro tipos diferentes de eventos punitivos, ilustrando cada um com um exemplo.
6. Sob qual das quatro categorias de punição você classificaria o tipo de punição usado com Léo? Justifique a sua escolha.
7. Defina estímulo aversivo condicionado e ilustre com um exemplo.
8. Estabeleça a distinção entre *timeout* com e sem retirada do ambiente.
9. Estabeleça a diferença entre o efeito de ação direta da punição e o efeito de ação indireta da punição. Dê um exemplo de cada.
10. Cite três razões que podem justificar a eficácia de um evento punitivo atrasado na redução de um comportamento.
11. Se você realizar um bom trabalho na consideração dos dois primeiros fatores que influenciam a eficácia da punição, talvez você nem tenha que aplicar a punição. Discuta.

12. Que passos você poderia seguir para determinar experimentalmente se uma repreensão verbal foi punitiva para determinada criança?
13. Qual é o exemplo comum de retirada do reforçamento positivo, contingente à resposta, que é aplicada pelos pais como punição para suas crianças?
14. Em relação ao procedimento, descreva as diferenças entre extinção, custo da resposta e *timeout* com retirada do ambiente.
15. Compare  $S^D$  e  $S^{DP}$ . Dê um exemplo de cada.
16. Na subseção "Aplicando a Punição", sugerimos que, caso o modificador de comportamento não seja capaz de detectar a maioria das ocorrências do comportamento a ser punido, então ele deveria ter sérias dúvidas sobre o valor da aplicação de um procedimento de punição.
  - a. Através das informações contidas neste capítulo, que razões você pode citar para embasar tal sugestão?
  - b. Que outros meios de lidar com a situação estão disponíveis para o professor?
17. Cite três diretrizes relacionadas à aplicação da punição. (Ver *Diretrizes*.)
18. Tendo em vista a controvérsia sobre o uso da punição, você concorda com a maneira como a punição foi usada com Léo? Defenda seu ponto de vista.
19. Cite seis efeitos colaterais potencialmente prejudiciais da aplicação da punição.
20. Descreva um exemplo que ilustre como a punição é aplicada por pessoas que não estão cientes de que o estão fazendo.

978-85-7241-825-6

## EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO

### A. Exercícios Envolvendo Terceiros

1. Considere o comportamento de dirigir um carro em velocidade excessiva, em nossa cultura.
  - Descreva brevemente as atuais contingências de reforçamento e de punição a respeito de excesso de velocidade.
  - Compare as atuais contingências de punição para dirigir com excesso de velocidade com as diretrizes para aplicação eficaz dos procedimentos de punição. Identifique as diretrizes que foram ignoradas pelos legisladores e pelos representantes da lei.
2. Considere o comportamento de jogar lixo nas estradas, em sua região. Considerando tal comportamento, responda as mesmas perguntas que você respondeu sobre o excesso de velocidade no Exercício de Aplicação 1.

### B. Exercícios de Automodificação

Escolha um comportamento seu que você gostaria de reduzir. Com a ajuda de um amigo, descreva em detalhes um programa de punição que teria probabilidade de reduzir tal comportamento. (Torne o programa o mais realístico possível, mas não o aplique.) Seu programa de punição deve ser consistente com todos os itens das diretrizes para aplicação eficaz da punição.

## ANOTAÇÕES E DISCUSSÃO ADICIONAL

1. C. R. Johnson, Hunt e Siebert (1994) combinaram reforçamento com punição para tratar perversão de apetite, que é a ingestão de objetos não comestíveis ou substâncias não nutritivas. Comumente encontrado entre indivíduos com déficit severo de desenvolvimento, tal distúrbio sério foi associado a envenenamento por chumbo, obstrução intestinal, perfuração intestinal e verminoses. Os itens comumente ingeridos incluem cigarros e pontas de cigarros, objetos de plástico, cabelo, lascas de tinta, terra e areia e pedacinhos de papel. O cliente, um rapaz de 15 anos com déficit profundo de desenvolvimento, foi ensinado a comer apenas os itens que eram colocados sobre uma toalha de plástico amarelo. Em adição ao reforçamento natural (sabor agradável) ao comer os itens que estavam sobre a toalha, o cliente era elogiado pelos funcionários da instituição. O comportamento de ingerir itens que não estavam sobre a toalha era seguido por uma consequência que era punitiva para o cliente (seu rosto era lavado durante 15s com um panó úmido). O procedimento eliminou a perversão de apetite.
2. Thompson, Iwata, Connors e Roscoe (1999), por exemplo, avaliaram os efeitos de repreensões e contenção manual breve como eventos punitivos brandos contingentes ao comportamento autolesivo de quatro indivíduos diagnosticados com desenvolvimento atípico. Em todos os casos, os eventos punitivos brandos produziram maior supressão de resposta quando era disponibilizado o acesso a um reforçador para comportamento alternativo desejado (manipulação de materiais de lazer).
3. Iniciantes em modificação de comportamento muitas vezes confundem  $S^{DP}$  com  $S^A$ . Imagine, por exemplo, que os pais deduzissem 25 centavos da mesada do filho cada vez que ele dissesse um palavrão e que, como resultado de tal contingência, tal comportamento se reduzisse. Nesse exemplo, ver os pais seria um  $S^{DP}$  para dizer palavrões. Por outro lado, se os pais simplesmente ignorassem o filho quando ele dissesse palavrões (isto é, retirassem a atenção como reforçador) e tal comportamento do filho se reduzisse, então, ver os pais seria um  $S^A$  para dizer palavrões. Nas duas situações, o comportamento de dizer palavrões seria eliminado na presença dos pais. No entanto, as causas da mudança de comportamento seriam diferentes.
4. Pais devem usar punição? Muitos profissionais da modificação de comportamento hesitam em se pronunciar sobre este assunto devido à maneira como a mídia distorceu seus comentários. O assunto de surras aplicadas pelos pais, por exemplo, já foi manchete em muitos jornais, incluindo o *New York Times* e o *USA Today*. Apressamo-nos em ressaltar, no entanto, que a discussão sobre o uso da punição por parte dos pais não implica necessariamente em punição física (por exemplo, surras; para uma revisão sobre punição física por parte dos pais, ver Gershoff, 2002). Em vez disso, a punição pode envolver *timeout*, custo da resposta ou repreensões. Além disso, queremos enfatizar mais uma vez que qualquer discussão sobre punição deve ser feita levando em conta a abordagem comportamental da punição usada neste capítulo. Nesse sentido, há situações nas quais a aplicação de punição, por parte dos pais, poderia visar aos melhores interesses de seus filhos, tal como no caso de uma criança que, com frequência, corre para o meio de ruas movimentadas, enfia objetos metálicos em tomadas ou come lascas de tinta das paredes. No entanto, antes de aplicar a punição, os pais precisam conhecer os fatores que influenciam a eficácia da punição. Uma excelente indicação para pais é o livro de Cipani (2004b), que descreve mitos sobre a punição, princípios básicos de punição e diretrizes para o uso responsável da punição pelos pais.

### Questões para Estudo sobre as Anotações

1. O que é perversão de apetite? Quais fatores, entre os que influenciam a eficácia da punição, foram incorporados por Johnson e cols. (1994) em seu programa de tratamento para perversão de apetite?
2. O que Thompson *et al.* descobriram a respeito da eficácia de repreensões como punição, quando havia e quando não havia um reforçador disponível para comportamento alternativo?
3. Dê um exemplo de um S<sup>DP</sup>.
4. Dê um exemplo de um S<sup>A</sup>.
5. Você acha que pais devem usar punição? Discuta.